



Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 18/10/2011, às 15:30
Rubens / estagiário

CONGRESSO NACIONAL

MPV 547

00040

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 18/10/11	Proposição MP 547/2011			
Autores RUBENS BUENO – PPS/PR		nº do prontuário		
1.() Supressiva	2.() substitutiva	3.() modificativa	4.(x) aditiva	5.() Substitutivo global

TEXTO / JUSTIFICATIVA

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 547, de 2011, o seguinte artigo:

Artº. O art. 4º da Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º São obrigatórias as transferências da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios **para ações de prevenção, resposta e reconstrução**, observados os requisitos e procedimentos previstos nesta Lei.

§ 1º As ações de que trata o caput a serem executadas serão definidas em regulamento e o Ministério da Integração Nacional definirá o montante de recursos a ser transferido, mediante depósito em conta específica mantida pelo ente beneficiário em instituição financeira oficial federal, de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira e com base nas informações obtidas perante o ente federativo.

§ 2º O ente beneficiário deverá apresentar plano de trabalho ao Ministério da Integração Nacional, no caso de execução de ações de prevenção e de reconstrução.

fr



JUSTIFICATIVA

A MP 547/2011 cria instrumentos importantes para a prevenção de desastres naturais ao alterar a Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010, inserindo dois novos artigos. O artigo 4º da referida Lei, estabelece a obrigatoriedade das transferências da União para Estados, Distrito Federal e Municípios para execução de ações de resposta e reconstrução, sem, contudo não prever despesas relativas à **prevenção de desastres**. Desta forma, propomos a alteração no referido artigo de forma a inserir a obrigatoriedade da transferência da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações preventivas, de forma a viabilizar as atividades previstas nos artigos 3ºA e 3º B, incluídos pela MP.

Sala da Comissão, em 18 de outubro de 2011

Dep. RUBENS BUENO
PPS/PR

